

O TRANSFORMISMO PERMANENTE: GRAMSCI E A CRÍTICA DO FETICHISMO HISTÓRICO E DA MITOLOGIA NACIONAL¹

Gianni Fresu²

RESUMO: A fraqueza das classes dirigente italianas é uma questão orgânica, presente em profundidade na obra de Gramsci, que abraça alguns plexos temáticos: a estagnação do desenvolvimento da civilidade comunal e a falta da formação de um estado unitário moderno; os limites do “Risorgimento” e a ausência de uma realizada dialética parlamentar na idade liberal, a «revolução passiva» como método permanente de modernização conservadora. Nessa temática tem um lugar central ainda o fenômeno da absorção, por parte do Estado e das classes dominantes, dos intelectuais e dirigentes do movimento operário nas fases de «inflexão histórica». A análise de Gramsci acerca deste fenômeno lança uma luz nova sobre o problema tipicamente italiano do «transformismo», não um simples fenômeno de maus costumes políticos, mas um preciso processo de cooptação, desde o “Risorgimento” e a partir desse período, através do qual as classes dominantes têm consolidado o seu poder, absorvendo metodicamente os elementos novos emersos dos acontecimentos políticos e sociais.

Palavras-chave: Risorgimento. Revolução passiva. Transformismo. Gramsci.

ABSTRACT: The weakness of the Italian ruling classes is a matter organic, present in depth in the works of Gramsci, that embraces some thematic plexus: the stakes in the development of communal civility and lack of formation of a unitary modern State; the boundaries of the "Risorgimento" and the absence of a held parliamentary liberal age dialectic, the 'passive revolution' as a permanent method of conservative modernization. This theme has a central place even the phenomenon of absorption, by the State and the ruling classes, intellectuals and leaders of the working class movement at the stage of 'historical' inflection. The analysis of Gramsci concerning this phenomenon casts a new light on the typically Italian problem of 'transformismo', not a simple phenomenon of bad political habits, but a precise process of cooptation, provided the "Risorgimento" and from that period, through which the ruling classes have consolidated their power, absorbing new elements methodically jutting out of the political and social events.

Keywords: Risorgimento. Passive revolution. Transformism. Gramsci.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n2.03.p18>

¹ Tradução para o português de Rocco Lacorte (Ph.D. pela University of Chicago, Illinois, EUA; Pós doutorando pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, na Universidade Federal Fluminense -UFF). Revisão da tradução de Marcos Del Roio.

² Gianni Fresu é doutor de pesquisa em Filosofia na Universidade dos Estudos “Carlo Bò” de Urbino, professor convidado na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP), Marília (SP), para desenvolver atividades de pesquisa e didáticas junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, bem como para participar dos trabalhos do Grupo de Pesquisa “Cultura e Política do Mundo do Trabalho”.

Autobiografia de uma nação

Além da ideologia, Gramsci compartilhou com Marx a grande atenção e admiração para com a burguesia. Ambos almejavam tornar o movimento operário seu herdeiro, não seu coveiro. Desta forma, os dois teóricos da *filosofia da práxis* foram agudos estudiosos da história dessa classe e não só do modo de produção social que veio a gerar. Conforme Gramsci escreveu, o que, acima de tudo, distingue a burguesia em sua fase revolucionária é a sua capacidade de incluir outras classes sociais e de dirigi-las por meio do Estado, isto é, a hegemonia política e social. Enquanto, durante a época do feudalismo, a aristocracia, organizada como “casta fechada”, não colocava a questão da incorporação das outras classes, a burguesia revela-se muito mais dinâmica e móvel, visando à assimilação do resto da sociedade ao seu nível econômico e cultural. Isto muda profundamente a função do Estado, que se torna "educador", até mesmo por meio da função hegemônica do Direito na sociedade.

A burguesia historicamente trabalha para tornar homogêneas (em termos de costumes, moral, senso comum) as classes dirigentes e criar um conformismo social capaz de consolidar o seu poder através de uma combinação de força e consentimento. Deste modo, consegue arregimentar e dirigir, por meio dos seus próprios esquemas culturais, também as classes dominadas. Cada Estado é ético na medida em que opera para elevar toda a população a um nível cultural e moral adequado ao desenvolvimento das forças produtivas e aos interesses das classes dominantes.

Essa importantíssima função encontra na escola e nos tribunais os representantes das atividades fundamentais do Estado, embora, na realidade, elas não sejam as únicas. Cabe incluir no conceito de Estado ético também o conjunto das iniciativas privadas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. Portanto, a definição de Estado ético de Hegel é própria da fase na qual a tendência expansiva da sociedade burguesa parecia ilimitada. Nela, a natureza universal dos seus valores, poderia expressar-se pela transformação burguesa de todo o gênero humano.

Contudo, a capacidade expansiva da burguesia se retrai nas fases de "crise orgânica", tal como na primeira recessão do capitalismo mundial, ao final do século XIX, e na crise que precedeu e se seguiu à Primeira Guerra Mundial. Nestas fases, a hegemonia substituiu-se a força. Gramsci fala de "Revoluções passivas" para descrever essas fases

de modernização autoritária, nas quais as reformas são realizadas através da passividade forçada das grandes massas populares, com o objetivo preciso de consolidar a ordem social e sair das situações de crise. O fascismo é um dos exemplos mais emblemáticos disso, mas não é o único. A combinação dessas pressões contraditórias marca profundamente a história italiana, tornando-a complexa e incabível em uma leitura unívoca. Cabe acrescentar a esses elementos também aqueles – igualmente complexos e contraditórios – que consistem nas peculiaridades da formação econômico-social da burguesia, pela natureza das suas classes dirigentes e, portanto, por meio de um processo ideológico de formação nacional totalmente original.

No Caderno 9, Gramsci delinea a estrutura da sua pesquisa sobre o *Risorgimento* italiano. Conjetura dois trabalhos distintos: um específico, sobre a Idade da Renascença, e outro de introdução ao mesmo tema, o qual consiste de uma coletânea de ensaios sobre diferentes fases da história mundial e as repercussões dela sobre a história italiana. O período histórico escolhido é muito vasto: desde a queda do Império Romano até a Idade Média; desde a Idade do mercantilismo e das monarquias absolutas até a Idade liberal.

Ao reconsiderar o *Risorgimento*, Gramsci visa destruir as "concepções antiquadas, retóricas" e oleográficas da história nacional. Para o intelectual da Sardenha, os limites essenciais da realidade política e social italiana, incluindo a ascensão do fascismo, coincidem com o quadro da fraqueza congênita das suas classes dominantes. Limites enraizados no passado, bem antes do século XIX, na estagnação do desenvolvimento capitalista da civilização comunal, na natureza cosmopolita das suas camadas intelectuais, na falhada formação de um Estado unitário moderno, até que uma série de coincidências internacionais o permitisse.

A reivindicação de conceber e apresentar o *Risorgimento* como fato essencialmente italiano traía o provincianismo e a falta de confiabilidade científica de grande parte da historiografia italiana. Quer dizer, o conceito de "personalidade nacional" era mera abstração, se considerado fora das relações internacionais. O *Risorgimento* não poderia ser explicado sem levar em conta as mudanças que ocorreram nos equilíbrios europeus entre os séculos XVIII e XIX, da Revolução Francesa, da disseminação dos princípios universais do liberalismo.

Um dos temas mais investigados nos *Cadernos*, particularmente no número 7, é a falta de formação de um Estado italiano unitário na época moderna e a tradicional ausência de um sentimento "nacional" comparável ao que se desenvolvera com o

nascimento dos grandes Estados absolutos. As raízes históricas desta ausência deveram ser procuradas no passado longínquo. O papel histórico das Comunas e da burguesia italiana, ao tempo de sua primeira floração, foi, para Gramsci, desagregadora da unidade existente e não conseguiu encontrar formas novas e mais avançadas de unidade. Quando outros países começaram a adquirir consciência nacional e organizar suas próprias culturas nacionais, a Itália perdeu a sua função de centro internacional de cultura, sem dar origem, por sua vez, a um processo próprio de agregação nacional. Seus intelectuais não se nacionalizaram e sim acabaram afastando-se do seu território, ao mudar para o exterior, e estabelecendo-se nas Cortes europeias.

A estagnação do desenvolvimento e o fracasso da integração nacional da burguesia italiana, que em seguida se tornou impossível por causa das invasões estrangeiras, foram historicamente atribuídos a fatores externos: a invasão turca no Próximo e Médio Oriente, com a interrupção do comércio para o leste; a mudança de relações comerciais a partir do Mediterrâneo para o Atlântico com a descoberta das Américas. Na realidade, esses fenômenos não podem ser considerados como as causas do declínio das Repúblicas italianas, mas o seu efeito. A burguesia desenvolveu-se melhor nos Estados absolutos, ao exercer um poder indireto, em vez da Itália, onde ela tinha todo o poder. Maquiavel compreendeu que nem a Comuna, nem a Signoria comunal poderiam ser consideradas Estado, pois lhes faltava um vasto território e uma população para permitir uma política internacional independente. Portanto, a burguesia italiana foi a primeira a comparecer e gerar formas significativas de acumulação capitalista, mas, em seguida, ela não soube ir além da dimensão corporativa-municipal, sofrendo um processo de involução, o qual a levou a abandonar o comércio e o risco de investimentos produtivos em favor da renda fundiária.

A burguesia – esta é a conclusão do intelectual sardo – acabou assumindo os traços parasitários típicos das velhas aristocracias, enquanto os intelectuais mantiveram seu caráter cosmopolita e nunca se tornaram nacionais. O Cosmopolitismo da tradição institucional e intelectual italiana – transmitido a partir do Império Romano para a Igreja - é uma das causas que levaram a península a sofrer passivamente as relações internacionais durante a Idade Média. Na Itália, a Igreja, com seu duplo papel tanto de monarquia espiritual universal quanto de principado temporal, nunca foi bastante forte para ocupar toda a península, nem tão fraca a ponto de permitir que os outros o fizessem. «A tradição da universalidade romana e medieval impediu o desenvolvimento das forças

nacionais (burguesas) para além do campo puramente econômico-municipal, isto é, as forças nacionais não se fizeram força nacional senão depois da revolução francesa”.³

Continuidade e limites na história das classes dirigentes italianas

O *Risorgimento* revelou plasticamente a fraqueza estrutural das classes dirigentes italianas, a partir do fracasso das perspectivas do Partito d'Azione e da capacidade hegemônica dos moderados de Cavour, que foi, para Gramsci, "o expoente da guerra de posição" na Itália, isto é, o representante mais orgânico da mudança produzida pelas modalidades de expansão da burguesia europeia.⁴ No *Risorgimento*, por quanto possa parecer contraditório, os conceitos de "guerra de posição" e "guerra manobrada" se identificam até o ponto que a guerra manobrada se torna guerra de posição. «É um juízo dinâmico que podemos dar sobre as restaurações, as quais seriam uma astúcia da providência, no sentido vichiano».

Esta identificação é dada pela complementaridade entre o conceito de guerra manobrada (iniciativa popular), representada por Mazzini, e de revolução passiva (guerra de posição), representado por Cavour, ambos indispensáveis segundo a mesma medida. Em 1848 naufragaram duas das três grandes opções políticas do Risorgimento italiano: em primeiro lugar, apagou-se a hipótese *neoguelfa* de Gioberti que, durante vários anos, hegemonizara a frente moderada; em seguida, com a capitulação da República romana e da resistência na região de Vêneto, também houve uma forte limitação das perspectivas dos democráticos como Mazzini, Cattaneo e Ferrari.

Na fase seguinte, o sucesso da atividade diplomática de Cavour, emersa na Guerra da Criméia, levou parte do movimento democrático (o próprio Garibaldi, Daniel Manin, Giacomo Medici, Giuseppe Montanelli, Enrico Cosenz, entre outros) a se afastar de

³ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, Einaudi, Torino, 1977, pp. 589, 590.

⁴ As notas do Caderno 19, intituladas *Risorgimento italiano*, escritas entre 1934 e 1935, começam com a identificação de algumas linhas de pesquisa possíveis, necessárias para entender o Risorgimento a partir da definição dos elementos culturais – quer dizer, da natureza das classes dominantes - herdados da história anterior da península. Gramsci identifica quatro complexos temáticos possíveis: 1) a análise dos diferentes significados que a palavra Itália assumiu durante diferentes épocas históricas; 2) o estudo da transição da República para o Império, uma fase, exemplificada pelas figuras de César e Augusto, que, para Gramsci, marca o redimensionamento da hegemonia itálica e a formação de uma classe imperial, supranacional e cosmopolita, ou seja, uma fase na qual houve a "desnacionalização" de Roma e da península; 3) a parada do processo de desenvolvimento político e social da civilização das Comunas; 4) a escassa importância nacional, na Itália da Idade do mercantilismo, ao contrário do que acontece nos novos grandes Estados modernos.

Mazzini e da sua perspectiva insurrecional (a qual se mostrou totalmente infrutífera), para formar o Partido Nacional italiano, em cujo manifesto era expressamente declarada a vontade de unir-se aos Savoia. Nos primeiros meses de 1859, este partido tornou-se uma arma muito útil nas mãos de Cavour para apoiar a sua ação diplomática. Esta passagem parece muito importante porque mudou molecularmente a própria composição das forças moderadas, ao facilitar a liquidação do neo-guelfismo e o empobrecimento do movimento de Mazzini. Nela, era detectável a primeira manifestação do transformismo, cuja importância como forma permanente de desenvolvimento histórico, de acordo com Gramsci, ainda não tinha sido suficientemente investigada.

Depois de 1848, Mazzini não teria entendido a passagem ocorrida na luta política na Europa, da "guerra de manobra" para a "guerra de posição", passagem que se consolidou depois de 1871. Depois de 1848, apenas os moderados desenvolveram uma reflexão autocrítica e renovaram, por conseguinte, sua estratégia. A liquidação do neo-guelfismo foi a demonstração mais evidente disso. Nada parecido aconteceu no movimento de Mazzini, progressivamente abandonado por algumas das suas principais figuras que irão formar "a ala esquerda do partido Piemontês".

Na expressão, ainda que ao modo de sargento, de Victor Emmanuel II: "O Partito d'Azione está no nosso bolso" tem mais sentido histórico e político do que em todo Mazzini.⁵

A partir desta dinâmica, Gramsci destacou as modalidades de composição das classes dirigentes, através de um processo de cooptação e absorção metódica dos novos elementos surgidos das novas dinâmicas sociais, o qual marcou toda a história da Itália, do *Risorgimento* ao fascismo. Desta forma, também grupos inicialmente hostis foram progressiva e molecularmente absorvidos pelos aparelhos do Estado até se tornarem um suporte dele. A hegemonia moderada sobre o *Partito d'Azione* é, para Gramsci, um dos temas mais paradigmáticos da história das classes dirigentes italianas e constitui, mais em geral, um daqueles momentos cruciais para compreender a função dos intelectuais na definição das estruturas de hegemonia e dominação de uma sociedade.⁶

⁵ Ibidem, p. 1782.

⁶ G. Fresu, *Il Diavolo nell'ampolla, Antonio Gramsci, gli intellettuali il partito e le masse*, Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, Napoli, La città del sole, 2005.

Durante o *Risorgimento*, os intelectuais do *Partito d'Azione* tomaram uma atitude paternalista a respeito das massas, às quais eles não queriam vincular-se, e, portanto, foram absorvidos e incorporados "molecularmente" pelos moderados. O fenômeno todo italiano do "transformismo" deriva, portanto, dessa dinâmica entre os intelectuais e as duas classes sociais fundamentais e nele inscreve-se o problema geral da formação dos grupos dirigentes burgueses nacionais, quer dizer, o tema do completo fracasso das perspectivas do *Partito d'Azione*, incapaz de colocar em toda a sua amplitude a questão agrária, que, para Gramsci, constituía a única "mola" para mobilizar as massas.⁷

Uma classe dominante é tal, para Gramsci, quando consegue ser dirigente das classes aliadas e dominante das inimigas ou adversárias; em virtude disto, a classe dominante deve ser dirigente antes e depois da tomada do poder. Foi assim que os moderados exerceram essa direção sobre o *Partito D'Azione* durante o *Risorgimento*, mas o fizeram também depois por meio do "transformismo", e precisamente graças à capacidade dos moderados de exercer uma hegemonia política sobre os membros desse partido, o *Risorgimento* tomou a forma de uma "revolução sem revolução".

Toda a política italiana, desde 1870 até hoje, é caracterizada pelo transformismo, isto é, pela elaboração de uma classe dirigente nos quadros estabelecidos pelos moderados após 1848, através da absorção dos elementos ativos surgidos das classes aliadas e também das inimigas. A direção política se torna um aspecto do domínio, na medida em que a absorção das elites das classes inimigas leva à sua decapitação e impotência.⁸

De acordo com Gramsci, os moderados formavam uma classe social relativamente homogênea sujeita a poucas oscilações, enquanto o *Partito d'Azione*, ao não se basear sobre nenhuma classe histórica, acabava submetido constantemente à direção dos

⁷ Não obstante todas as limitações indicadas a respeito do Ressurgimento, nas diretrizes historiográficas de orientação marxiana, o Ressurgimento assume um valor e uma importância central, a qual vai muito além de seus êxitos. Desta forma, o PCI (Partido Comunista Italiano) clandestino, em sintonia com o historicismo de Antonio Gramsci, se referiu idealmente ao Risorgimento em oposição ao fascismo (não por acaso chamará as suas divisões de partisans de Brigadas Garibaldi) e interpretou a Resistência como o cumprimento do Risorgimento Italiano. A Resistência constrói a República democrática, realiza os ideais mais profundos do Risorgimento, ao tornar participes e protagonistas aquelas massas que os seguidores de Mazzini não souberam ou quiseram envolver. Entre todos, Eugenio Curiel talvez seja o intelectual que expressou da forma melhor essa idéia de um Segundo Risorgimento na luta de libertação nacional. Ver G. Fresu, *Eugenio Curiel. A longa viagem contra o Fascismo*, Roma, Odradek, 2013.

⁸ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 41.

moderados. Os intelectuais da frente moderada eram realmente expressão orgânica das classes superiores e, portanto, eram ao mesmo tempo intelectuais, organizadores-políticos, empresários, grandes proprietários de terras, isto é, pertenciam realmente a essas classes e individualmente conseguiam unir a identidade do representado à do representante.

Precisamente por sua natureza "condensada", os intelectuais moderados foram capazes de exercer uma atração espontânea de toda a massa dos intelectuais na Itália. Esta dinâmica, detectada à propósito da história do *Risorgimento*, confirma uma espécie de regra histórico-política extremamente importante, em seguida desenvolvida detalhadamente nos *Cadernos*: não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada classe tem seus próprios intelectuais orgânicos; contudo, a classe que consegue assumir um papel propulsor e progressivo acaba exercendo uma hegemonia tal que subordina a si mesma também os intelectuais das outras classes, de modo a criar uma "solidariedade de todos os intelectuais com ligações de tipo psicológico e muitas vezes de casta".

O *Partito d'Azione* não podia exercer este poder de atração, mas sofreu dos moderados, e a única maneira que tinha de se tornar força independente, com sua fisionomia, era incorporar no seu programa as reivindicações das massas populares, antes de tudo aquelas dos camponeses, quer dizer, opor à "atração empírica" dos moderados uma "atração organizada", por meio de um programa orgânico de governo capaz de mobilizar as massas populares. Mas, o *Partito d'Azione* nunca teve um programa de governo e não soube expressar uma direção política, nem sequer entre seus próprios membros, tendo-se limitado a ser nada além de um movimento de agitação e propaganda dos moderados, o qual seguiu a tradição retórica da literatura italiana, confundindo a unidade cultural com a unidade política e territorial.

As interpretações do *Risorgimento*, no período pós-unificação, são muitas e variadas, e também esta "riqueza", para Gramsci, seria um sinal tanto da sua pouca clareza, inconsistência e gelatinosidade, quanto da fraqueza das forças que o produziram e da falta de elementos suficientemente nacionais. O conjunto destas interpretações tem um caráter imediatamente político, não histórico, além de ser caracterizado por certa abstração e parcialidade de fundo. Trata-se de uma literatura que floresce nas fases agudas de crise política e social, marcadas pela separação entre governantes e governados e pelos temores sobre os riscos de uma subversão da vida nacional nos seus equilíbrios

conservadores. É sob estas condições que as camadas intelectuais se empenham em reorganizar correntes ideológicas e forças políticas em crise. A parcialidade das reconstruções históricas que precederam e seguiram a Unificação da Itália é, para Gramsci, um espelho fiel da fraqueza congênita deste processo, isto é, explica perfeitamente a natureza voluntarista e socialmente excludente, não inclusiva, do processo ressurgimental.

Na historiografia italiana, toda a análise do passado da Itália, da época romana à ressurgimental e à pós-unitária, teve como alvo buscar nele uma unidade nacional de fato e, por consequência, justificar o presente por meio do passado. Esta operação ideológica foi devida à necessidade de fanatizar os "voluntários da nação", pelas supostas glórias da história da Itália, compensando desta forma as deficiências e os limites de um *Risorgimento* realizado por pequenas elites, pela total ausência das massas populares. Desta forma, tentou-se de trocar, através desta mitologia nacional, a adesão orgânica das massas ao Estado, com a seleção de "voluntários" de uma nação concebida abstratamente. Isto demonstra, substancialmente, que ninguém foi capaz de compreender o problema colocado por Maquiavel nos seus escritos militares: a necessidade de vincular-se às massas camponesas, para substituir os mercenários com uma milícia nacional e assumir o elemento nacional-popular como alternativa ao voluntarismo, pois o voluntarismo representa uma solução tanto equivocada e perigosa quanto a dos mercenários.

Esta forma de representar os acontecimentos históricos - que Gramsci define "a história fetichista" - torna protagonistas da história italiana personagens abstratos e mitológicos. Desta forma, o problema de investigar as origens históricas de um evento concreto e circunstanciado, isto é, o da formação do Estado moderno italiano, no século XIX, foi transformado em outro de ver esse Estado, como Unidade ou como Nação ou genericamente como Itália como em toda a história pregressa, assim a galinha deveria já existir no ovo fecundado.⁹ Este fenômeno também é, em grande parte, explicável por meio do que Gramsci definiu como a ditadura de ferro dos intelectuais e de alguns grupos urbanos com a posse da terra, duros em manter bem sólida a unidade dos grupos sociais dominantes, assim como as massas populares longe dos processos políticos.

A ideia de que a Itália sempre foi uma Nação era, para Gramsci, uma pura construção ideológica, um preconceito, o qual levou a classe intelectual italiana às

⁹ *Ibidem*, p. 1981.

acrobacias mais antihistóricas, para buscar essa unidade no passado pré-rissurgimental. Na Itália, no século XIX, essa unidade nacional não poderia ocorrer, pois faltava um elemento fundamental, o povo-nação, e também uma forte conexão dele com os intelectuais nacionais. Por estas razões, as reconstruções historiográficas eram, na realidade, propaganda, pois tentavam criar essa unidade com base na literatura mais do que na história. Esse tipo de abordagem da unidade era um “querer ser”, em vez de um “dever ser” determinado por condições de fato já existentes. Nos últimos anos, os historiadores tiveram a oportunidade¹⁰ de aprofundar o tema do enredo entre “representação e auto representação” no *Risorgimento*, definindo melhor a intuição de Gramsci. “Tudo é voluntário no *Risorgimento*: a ideia que uma Itália teria existido, que seja uma Nação, que tenha um grande passado, que possa e deva ressurgir”.¹¹

Outro aspecto dessa abordagem historiográfica ideológica seria a sua tendência a encontrar dois obstáculos à Unidade da Itália no esmorecimento das virtudes do povo italiano e na intervenção de potências estrangeiras, as quais, com o seu domínio impediram a manifestação do que estava contido nos fatos: isto é, a existência da nação italiana. A anti-historicidade desta abordagem deriva do fato de que não só impediu a compreensão da realidade, com a qual estava em contradição, mas também de colher a real relevância do esforço feito pelos protagonistas do *Risorgimento*.

O equívoco da nossa história

Para Piero Gobetti, a exegese do *Risorgimento* deveria ter revelado precisamente o “equívoco fundamental da nossa história: uma tentativa desesperada de nos tornarmos modernos permanecendo literatos com uma vaidade não maquiavélica de astúcia, ou garibaldinos com ênfase tribunicia”.¹² A natureza literária e romântica do *Risorgimento* italiano encontrara a sua máxima expressão nas “metafísicas” abstratas do mazzinismo, caracterizadas por um apostolado bastante nebuloso, capaz de influenciar apenas os ambientes dos exilados italianos. A doutrina de Mazzini, nascida de fragmentos ideológicos que vinham dos movimentos europeus de ideias, reduzia-se, de acordo com Gobetti, a uma reforma religiosa atenuada, destinada a permanecer impopular e a trocar

¹⁰ Ver, em particular, A.M. Banti, *La nazione del Risorgimento: parentela, santità e onore alle origini dell'Italia unita*, Torino, Einaudi, 2011.

¹¹ E. Cecchinato e M. Isnenghi, *La nazione volontaria*, in *Storia d'Italia*, annali Einaudi, n. 22, in *Il Risorgimento*, a cura di P. Ginsborg e A.M. Banti, Torino, Einaudi, 2007, p. 697.

¹² P. Gobetti, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*, Torino, Einaudi, 1974, p. 9.

a propaganda pela revolução. De acordo com Simon Levis Sullam, a cultura política de Mazzini era completamente em consonância com uma orientação europeia - marcada pela emergência dos nacionalismos na idade pós-revolucionária, do Romantismo da Restauração - fundamentalmente “atravessado por um imaginário de símbolos e mitos religiosos e inéditos enxertos entre princípios nacionais, revolucionários, teológicos”.¹³

Análogo o julgamento de De Ruggiero¹⁴, de acordo com o qual, a tradição literária era o único elemento que se colocava, através dos séculos, com continuidade na vida nacional, na ausência de uma unidade nacional política. Após o seu fim, o *Primato* de civilização e ciência próprios do Humanismo e da Renascença, converteu-se num “primado de memórias.” A ideia da autossuficiência, típica da cultura literária italiana, alimentara-se de um mundo imaginário, no qual a ideia daquela primazia, ainda que morta e enterrada havia séculos, continuara a subsistir, assim como, por sua vez, naquele “supramundo fictício” formara-se a ideia de uma unidade política nacional de fato (culpavelmente confundida com a unidade da cultura nacional) na história da Itália. Claro, às considerações críticas dever-se-ia acompanhar uma avaliação precisa não só do contexto cultural, mas também das dificuldades políticas de um movimento que nasceu e se desenvolveu de forma clandestina, na realidade europeia do pós-restauração.¹⁵ Contudo, estes limites exigem uma investigação muitas vezes omitida por razões de retórica patriótica.

A sucessão das diferentes interpretações ideológicas sobre o nascimento do Estado Italiano, ligada aos impulsos individuais de personalidades singulares, era o espelho fiel da natureza primitiva e empírica dos velhos partidos políticos e, portanto, da ausência na vida política italiana de um movimento orgânico e articulado, potencialmente capaz de promover um desenvolvimento político-cultural permanente e contínuo. Por conseguinte, o diletantismo da literatura histórica sobre o *Risorgimento* teria sido ligado à falta de uma

¹³ S. Levis Sullam, «*Dio e il popolo*»: *la rivoluzione religiosa di Giuseppe Mazzini*, in *Storia d'Italia*, annali Einaudi, n. 22, in *Il Risorgimento*, a cura di P. Ginsborg e A.M. Banti, cit, p. 402.

¹⁴ Guido De Ruggiero - um dos historiadores italianos mais importantes do pensamento liberal, apesar das controvérsias políticas e filosóficas sobre ele - escreveu *Storia del liberalismo europeo* [*História do liberalismo europeu* – R.L.], no período marcado pela reação suscitada pelo assassinato de [Giacomo] Matteotti e pela ameaça cada vez mais concreta da supressão de todas as liberdades pelo fascismo. A exigência de voltar para as raízes conceituais e políticas do movimento liberal, na sua dimensão europeia, frente a uma realidade marcada pela sua crise nacional, estava ligada à necessidade de compreender as razões do que aconteceu e, ao mesmo tempo, à busca das razões ideais e históricas para a superação da barbárie fascista.

¹⁵ M. Isnenghi, *L'Italia in piazza. I luoghi della vita pubblica dal 1846 ai giorni nostri*, Milano, Mondadori, 1994, p. 33.

perspectiva histórica séria e rigorosa nos programas dos partidos políticos italianos, sobre cuja natureza “nômade e cigana” Gramsci focou em outras notas. Assim, também os debates político-culturais não teriam se desenrolado de acordo com um processo contínuo, mas por meio de campanhas individuais, isoladas, como premissa de movimentos políticos de curta duração e sofrendo do mesmo diletantismo mostrado em termos de perspectiva histórica.

Na Itália, a história dos intelectuais, como categoria, foi, para Gramsci, a única que teve uma continuidade ininterrupta. Portanto, mesmo o chamado sentimento nacional - antes e após o *Risorgimento* - não resultava relacionado a instituições objetivas, não era "popular-nacional", mas era simplesmente um sentimento típico de "intelectuais". Na Itália, não havia elementos objetivos capazes de ter uma função unificadora real, tal que permitiria de criar um sentimento nacional que não fosse puramente subjetivo. De fato, não podiam executar esta função: a língua, tornada descontínua pela prevalência dos dialetos; a cultura, restrita demais e utilizada apenas por pequenos grupos de intelectuais com característica de casta; os partidos políticos, pouco sólidos e operando apenas nas temporadas eleitorais. O único elemento "nacional-popular" válido e extenso era a Igreja, mas, devido à sua natureza tradicional cosmopolita e à sua luta contra o Estado laico, desempenhava uma função desagregadora mais do que incentivar a formação de um sentimento nacional unitário.

Ao contrário, a cultura histórica francesa tivera como base unificadora – além das diferentes tendências políticas que se sucederam (da dinástica à radical-socialista) – a consciência “popular-nacional”, precisamente porque o elemento permanente de uma história caracterizada pelas subversões de caráter político é o "povo-nação". Nela, determinou-se, nos fatos, a ligação entre o "povo-nação" e os intelectuais, quase uma função dos segundos em relação ao primeiro. Na Itália, por outro lado, os intelectuais - empenhados no trabalho de edificação mitológica, mais do que histórica, da Unidade – distinguiram-se, ao contrário, do povo, isto é, colocaram-se fora dele, ao criar e reforçar entre eles um particular espírito de casta, mesmo caracterizado pela desconfiança no povo. Os jacobinos, pelo contrário, lutaram arduamente para garantir a ligação entre a cidade e o campo, ao conquistar uma forte hegemonia política, ao impor-se sobre a burguesia e ao conduzi-la para uma posição muito mais avançada do que ela realmente queria e do que as próprias condições históricas permitiam.

Em linhas gerais, nas fases iniciais da revolução, a burguesia colocou apenas seus interesses corporativos imediatos, “fala alto, mas na realidade solicita bem pouco”. Na Revolução Francesa, foram os jacobinos os que empurraram “para frente a classe burguesa, a pés no traseiro”, ao fazê-la perder a sua característica corporativa, até se tornar classe hegemônica e ao dar um “caráter permanente” para o novo Estado. Para Gramsci, também na Itália ter-se-ia podido desagregar o bloco reacionário - o qual unia as camadas rurais com grupos intelectuais legitimistas e clericais - só se os grupos democratas se tivessem posto à frente um novo bloco social, atraindo e dirigindo as massas camponesas e os intelectuais das “camadas médias e inferiores”.

Na Itália, a fraqueza dos partidos políticos liberais, do *Risorgimento* em diante, podia ser constatada no desequilíbrio entre a agitação e a propaganda e a falta de princípios e de continuidade orgânica. As tendências para o oportunismo, a corrupção e o “transformismo” deveriam ser entendidas no estreito horizonte cultural e estratégico dos partidos políticos, na ausência de vínculos orgânicos entre eles e as classes representadas. Estes partidos desenvolveram-se não como uma expressão política e coletiva dos interesses de uma classe, como uma consciência consolidada e teorizada da função histórica dela, mas como meros consórcios de interesses imediatos condensados em torno de personalidades individuais. Portanto, se tratou de agregados políticos desprovidos de qualquer atividade teórica ou perspectiva de amplo alcance, acostumados ao “dia a dia, com sua facciosidade e seus desencontros”. Na Itália, os partidos políticos “não estavam permeados pelo realismo vivente da vida nacional”, e por este motivo não cumpriram o papel histórico da construção de uma classe dirigente nacional; por isso, os grupos dirigentes que formaram a suas capacidades intelectuais no mundo acadêmico ou no da produção eram grupos de quadros apolíticos, com uma formação mental e cultural puramente “retórica” e não nacional.

Sobre a fraqueza dos partidos políticos e, por conseguinte, das classes dirigentes, na Itália, e sobre a sua natureza, teve uma grave responsabilidade o que Gramsci definiu o Estado-governo, quer dizer, o coágulo de interesses que pertenciam à coroa e à burocracia, o qual na Itália operou como um partido, para separar os quadros permanentes da vida política nacional das massas e dos reais interesses estatais nacionais, para criar um vínculo paternalista de “tipo bonapartista-cesarista” entre essas personalidades e o Estado-governo. O transformismo e “as ditaduras de Depretis, Crispi e Giolitti”, a miséria

e mesquinhez da vida cultural e da política e parlamentar, na Itália, devem ser analisadas exatamente a partir desse fenômeno.

Normalmente, as classes sociais produzem os partidos políticos e estes criam os quadros dirigentes da sociedade civil e do Estado, mas na Itália, o Estado-governo não operou para harmonizar essas manifestações com os interesses nacionais estatais, mas, pelo contrário, sempre favoreceu a sua desagregação, separando personalidades políticas singulares de qualquer referência social, cultural e também teórica mais ampla a respeito daquela relação de confiança, precisamente "bonapartista-cesarista", com o Estado-governo. O *Risorgimento* italiano poderia ter tido um êxito democrático só se tivesse assumido a questão camponesa por meio da reforma agrária, dando assim uma resposta dialética progressiva na relação entre cidade e campo. Aliás, na Itália, a questão camponesa assumia uma dinâmica absolutamente peculiar, ao se colocar como questão meridional.

O processo de unificação nacional não se realizou na base de uma relação de igualdade, mas através de uma relação desequilibrada, dentro da qual o enriquecimento e o incremento industrial do Norte mostraram de depender estritamente do crescente empobrecimento do Sul e das Ilhas, o chamado *Mezzogiorno*. Uma diferença essencial entre o Norte e o Sul era também constituída pela composição social e a diversa posição das massas camponesas, as quais, no *Mezzogiorno*, tiveram que manter, por meio do seu trabalho, uma quota muito ampla da população parasitária que vivia de renda, retirando da produção quotas excessivas de riqueza nunca reinvestidas. O sistema hierarquizado de privilégios definido após o *Risorgimento* levava a aumentar e tornar permanente o caráter atrasado da estrutura econômico-social meridional, aumentando drasticamente a sua exploração e drenando dela quotas de poupança das suas classes parasitárias para o Norte. A crescente e generalizada miséria, os fenômenos de emigração de massa e mesmo do banditismo, entre 1800 e 1900, foram a consequência lógica deste estado de coisas.

Na *Questão Meridional*,¹⁶ premissa fundamental para as reflexões dos *Cadernos*, Gramsci definira o Sul como uma grande desagregação social, dentro da qual, entre os camponeses, não havia qualquer coesão. As massas camponesas, que constituíam a maioria da população do Sul, ao não conseguir dar forma política às suas aspirações, materializavam a sua perene efervescência através de um estado de rebelião endêmica

¹⁶ A. Gramsci, *La questione meridionale*, Roma, Editori Riuniti, 1991.

sem perspectivas. Acima destas massas, estruturava-se a assento de domínio do bloco agrário, o qual, através das suas "proporções definidas", não só conseguia manter permanentemente as massas camponesas na sua condição "amorfa e desagregada", mas também a evitar qualquer forma de centralização a esse estado de efervescência perene.

O êxito do *Risorgimento* não fez mais do que enxertar na secular estrutura de poder no Sul, o domínio do capitalismo setentrional, o qual, após a unificação, soldou-se ao da burguesia agrária do Sul em um novo bloco histórico, cuja pedra angular residia, mais uma vez, na função de intelectuais. O valor nacional da questão meridional encontra um dos seus "momentos" fundamentais precisamente na complexidade do bloco histórico determinado por meio da unificação político-territorial da Itália.

Nos *Cadernos*, o transformismo foi delineado como uma das formas históricas da dupla "revolução-restauração" ou "revolução passiva", na formação do Estado moderno na Itália. O transformismo constituía um documento "histórico-real" sobre a natureza dos partidos que se apresentaram como revolucionários na fase da ação militante. Desta dinâmica fazia parte a história das classes dirigentes italianas, do *Risorgimento* em diante. História essa dividida em duas fases distintas: a) de 1860 a 1900, caracterizada pelo "transformismo molecular", com a absorção dos assentos de domínio da classe política moderada conservadora de numerosas personalidades políticas surgidas dos partidos democráticos de oposição; b) desde 1900 em diante, com a passagem de grupos inteiros para o campo dos moderados e reacionários; isto acontece com a passagem do sindicalismo revolucionário e de grupos anarquistas para as fileiras do nacionalismo, durante a guerra da Líbia e, posteriormente, com o intervencionismo.

Esses conceitos são articulados através de uma perspectiva histórica de mais amplo alcance no apontamento intitulado: *Paradigmas da história ético-política*, do Caderno 10, no qual Gramsci analisa o fascismo à luz da categoria de "revolução passiva", no sentido que através da transformação do Estado e a criação do corporativismo, o próprio fascismo produzia mudanças na estrutura produtiva em direção da socialização e cooperação na produção, sem afetar as modalidades individuais e privadas de apropriação do lucro. Concretamente, isso significava que, por meio do fascismo, buscava-se um desenvolvimento das forças produtivas industriais, sem tirar a direção das mãos das classes tradicionais, para permitir ao capitalismo italiano sair da sua crise orgânica e competir com as potências capitalistas detentoras do monopólio de matérias-primas e de uma capacidade de acumulação maior. Para Gramsci, o esquema

dessa revolução passiva tinha poucas chances de um êxito prático, todavia do ponto de vista da mobilização e da capacidade hegemônica do regime, isso era de uma importância relativamente menor:

O que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais (CC, 1999, v.1, p. 299-300).

Nos *Cadernos do cárcere* emerge o rigor político com que o intelectual da Sardenha faz os contos com a derrota do sistema liberal e o arrastamento do movimento obreiro socialista. A ditadura é um drama que empurra Gramsci a uma análise sem indulgência sobre os limites, os erros, as abstrações do a frente contra Mussolini. Mas a investigação não se para ao contingente da política. Ele se pergunta problemáticamente sobre a totalidade e organicidade dos processos históricos, sobre os limites congênitos da política italiana, sobre a continuidade dos seus vícios, se tentar de absolver o fazer descontos à sua orientação político-ideológica.

O fascismo foi a negação mais completa dos seus valores e das suas perspectivas políticas, todavia, Gramsci vai estudá-lo como um fenômeno racional e real, nascido por precisas causas, historicamente determinadas, in continuidade com a história das suas classes dirigentes. O fascismo por Gramsci tem raízes profundas na história da Itália e o trabalho dos *Cadernos do cárcere* é um tentativa de investigação para conhecê-las.

A ideologia implicada por esse plano marcava, para Gramsci, a transição para a guerra de posição em campo econômico internacional, assim como a revolução passiva representara isso no patamar político. No patamar econômico, a fase da guerra de movimento correspondeu à fase de livre concorrência e livre comércio, no político, à revolução burguesa.¹⁷

¹⁷ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit. p. 1228.

Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo.¹⁸

RECEBIDO EM 03-03-2016

APROVADO EM 10-10-2016

¹⁸ *Ibidem*, p. 1229; CC, 1999, v.1, p. 300.